



Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

www.equatorialenergia.com.br



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia" ou "SPE 02"), em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e suas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, e o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **1. Mensagem do Presidente.** Em 2023 vivenciamos um ano de muitos desafios, com todos os nossos empreendimentos 100% operacionais, a entrega do Trafo de Xingu na SP08 e sabotagens nas linhas da SP07. Além disso, tivemos a Revisão Tarifária da RAP (Receita Anual Permitida) das SPE's de 01 a 08. Como resultado da revisão, tivemos um reajuste médio de 3,9% em relação ao ciclo anterior, totalizando uma RAP consolidada de R\$ 1,184 bilhões. Refletindo o retorno dos investimentos feitos ao longo dos últimos anos, terminamos o ano com EBITDA Societário consolidado de R\$ 1,962 bilhões, aumento de 8% em relação a 2022. O Lucro Líquido de 2023 foi de R\$ 503 milhões, uma variação positiva de 44% em comparação ao ano anterior. O investimento em 2023, atingiram a marca R\$ 102 milhões (alavancado pela entrega do Transformador de Xingu) em transmissão e R\$ 2,4 bilhões em renováveis (devido a implantação das Usinas Fotovoltaicas). Os resultados de 2023 foram bastante animadores, mas os desafios continuam em 2024. Nosso principal foco estará na constante melhoria dos indicadores de qualidade e disponibilidade. Além disso, seguiremos sempre atentos às oportunidades de reforços e melhorias em nossa rede. Por fim, gostaria de agradecer a todos os acionistas, colaboradores, fornecedores e parceiros pelo apoio, confiança e resultados alcançados. **2. Cenário.** A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico 100% controlada indiretamente pela Equatorial Energia S.A., uma holding com atuação em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro (geração, transmissão, distribuição e comercialização). A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016,

com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal, tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) 2ª Etapa-Replicação, consistente na: consistente na Linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500 kV – com extensão aproximada de 213 quilômetros; (b) pela subestação Buritirama, em 500kV. O empreendimento tem grande importância para a sociedade, pois disponibilizará mais energia para a região, proporcionando significativa melhoria no nível de tensão e confiabilidade do sistema elétrico, e na qualidade de vida da população, além de gerar empregos durante a fase de implantação. A linha atravessa 9 municípios dos Estados da Bahia e Piauí: Buritirama, Pilaó Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Remanso, Dirceu Arcoverde, Coronel José Dias, Dom Inocêncio, Lagoa do Barro do Piauí, Queimada Nova. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP (Receita Anual de Permissão) da Companhia é de R\$ 98,18 milhões, atualizada anualmente pelo IPCA, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Companhia encontra-se com 100% dos seus empreendimentos em operação comercial. **3. Andamento do Projeto.** A SPE 02 está com todos os seus atos em Operação desde o início de 2020, recebendo a RAP (Receita Anual Permitida) integral prevista no contrato de concessão. As obras entraram em Operação Comercial em 05 de fevereiro de 2020, completando 100% de ativos em Operação Comercial. **4. Investimentos.** Os investimentos em 2023 totalizaram R\$ 2,60 milhões. Os desembolsos foram concentrados na finalização dos contratos de engenharia, processos de negociação fundiária com os proprietários das terras e obrigações e compensações ambientais obrigatórias. **5. Desempenho Econômico-Financeiro. Receita líquida.** Em relação à Receita Líquida, o total registrado em 2023 foi de R\$ 112,18 milhões. **Custos e despesas operacionais.** No ano de 2023, o total de custos e despesas, foi de R\$ 9,59 milhões. **EBITDA.** Em 2023, o EBITDA Societário atingiu R\$ 103,46 milhões. **Resultado financeiro.** Em 2023, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 27,41 milhões. **Imposto de Renda e Contribuição**

**Social.** Em 2023, as despesas de IRPJ e CSLL, incluindo o ativo fiscal diferido de R\$ 12,80 milhões. **Benefícios Fiscais.** Em 21 de outubro de 2020, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 79/2020, que outorga à Equatorial Transmissora 2 SPE S.A o benefício de redução de 75% do imposto de renda sob a justificativa de implantação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de fruição do incentivo de 2021 a 2030. **Lucro líquido.** Em 2023, a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A apurou Lucro Líquido (LL) de R\$ 63,24 milhões. **Endividamento.** No fechamento de 2023, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R\$ 395,15 milhões. As dívidas da SPE 02 têm um perfil confortável de vencimentos, com apenas 5,67% em curto prazo.

**Relacionamento com auditores externos:** A Ernst & Young Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Resolução CVM nº 162/22, não foi contratada em 2023 para outros serviços. Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Joseph Zwecker Junior, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Cristiano de Lima Logrado, Ailton Costa Ferreira e Waldênio Pereira de Oliveira (i) revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2024 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

**Diretoria Executiva:** Joseph Zwecker Junior - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Ailton Costa Ferreira - Diretor; Waldênio Pereira de Oliveira - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor. Geovane Ximenes de Lira - Superintendente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC-PE012996-O-3-S-A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)							
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	177	163	Fornecedores		4.922	5.784
Aplicações financeiras	6	35.460	34.982	Empréstimos e financiamentos	9	16.674	16.368
Contas a receber		13.126	9.509	Debêntures	10	5.739	2.506
Serviços pedidos		260	–	Dividendos a pagar	14	1.588	6.381
Impostos e contribuições a recuperar		695	703	Impostos e contribuições a recolher		1.700	1.633
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		11.152	12.418	Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	11	4.527	2.576
Adiantamentos a fornecedores		1.858	1.905	PIS e COFINS diferidos	12	3.960	3.521
Outras contas a receber		782	1.600	Encargos setoriais		1.202	757
Ativos de contratos	8	115.834	102.657	Outras contas a pagar		2.842	1.104
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>179.344</b>	<b>163.937</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>43.154</b>	<b>40.630</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações Financeiras	6	11.437	10.379	Empréstimos e financiamentos	9	321.121	337.018
Intangível		336	350	Debêntures	10	51.616	53.552
Ativos de contrato	8	654.134	646.327	PIS e COFINS diferidos	12	87.780	81.578
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>665.907</b>	<b>657.056</b>	Imposto de renda e contribuições social diferidos	11	92.658	84.390
<b>Total do ativo</b>		<b>845.251</b>	<b>820.993</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>553.175</b>	<b>556.538</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				<b>Patrimônio líquido</b>			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)									
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
				Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>		94.888	7.562	45.609	–	21.820	1.045	–	170.924
Dividendos adicionais distribuídos – 2021		–	–	–	–	–	(1.045)	–	–
<b>Lucro líquido do exercício</b>		–	–	–	–	–	–	55.327	55.327
<b>Destinação do lucro</b>									
Reserva legal		–	2.356	–	–	–	–	(2.356)	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais		–	–	–	8.217	–	–	(8.217)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	(933)	–	–	–	–	(933)
Constituição de reserva para investimento e expansão		–	–	–	–	39.076	–	(39.076)	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(448)	(448)
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	5.230	(5.230)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		94.888	9.918	44.676	8.217	60.896	5.230	–	223.825
Dividendos adicionais distribuídos 2022		–	–	–	–	–	(5.230)	–	–
<b>Lucro líquido do exercício</b>		–	–	–	–	–	–	63.243	63.243
<b>Destinação do lucro</b>									
Reserva legal	15.2.b)	–	2.534	–	–	–	–	(2.534)	–
Reserva de incentivos fiscais	15.2.a)	–	–	–	12.566	–	–	(12.566)	–
Realização da reserva de lucros a realizar	15.2.c)	–	–	(1.107)	–	–	–	–	(1.107)
Constituição de reserva para investimento e expansão	15.2.d)	–	–	–	–	6.647	–	(6.647)	–
Dividendos intermediários distribuídos		–	–	–	–	(11.500)	–	(19.828)	(31.328)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(481)	(481)
Dividendos adicionais propostos	15.2.e)	–	–	–	–	–	21.187	(21.187)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		94.888	12.452	43.569	20.783	56.043	21.187	–	248.922
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.									

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)**

**1. Contexto operacional:** A Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Equatorial Transmissão S.A., companhia do grupo Equatorial Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade de Brasília, Distrito Federal, no Q ST SCS - B, Quadra nº 09, nº 09 Bloco A, Sala 1201, Parte 2, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Replicação, consistente na linha de Transmissão Barreiras II - Buritirama, em 500(k) kV, primeiro circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 213(k) km, com origem na subestação Buritirama e término na subestação Barreiras II; pela subestação Buritirama, em 500(k) kV. (i) Informação não auditada. **1.1. Contrato de concessão.** Conforme Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 08/2017 – ANEEL, assinado em 10 de fevereiro de 2017, celebrado entre a União (Poder Concedente) e a Equatorial Transmissora 2 SPE S.A., o prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente. A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1547/2019, com validade pelo período de seis anos, contados a partir de sua assinatura em 27 de dezembro de 2019, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2024. **2.2. Base de mensuração.** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir: (i) instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e (ii) por meio de resultados e outros resultados abrangentes, quando requerido nas normas. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** **2.4.1. Julgamentos sobre premissas e estimativas.** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletiram no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Nota explicativa	Descrição
Ativos de contrato	3.2 e 8	- Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão; e - Estimativa sobre taxa aplicada para precificar os ativos de contrato.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.5.2 e 11	Estimativas das diferenças temporárias.
Receita operacional líquida	3.1 e 16	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Instrumentos financeiros	3.7 e 19	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

**2.4.2. Mensuração do valor justo.** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver. A equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças, quando aplicável. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 19 – Instrumentos Financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis exceto pelas novas normas incluídas na nota explicativa nº 3.10.2 - Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes. **3.1. Receita operacional.** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir o serviço ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtém os serviços contratados. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) **Receita de implementação e melhoria de infraestrutura.** As receitas de infraestrutura (que são os serviços de implementação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica), são reconhecidas ao longo do tempo aplicando-se a margem, definida no início do contrato, sobre os gastos incorridos. (b) **Receita de operação e manutenção (O&M).** A receita de O&M é cumprir é a contraprestação pelas obrigações de *performance* de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. Tais montantes são calculados com base nos custos incorridos, acrescidos da margem projetada definida nas projeções iniciais do projeto. O reconhecimento das receitas de O&M iniciam após o término da fase de construção. (c) **Remuneração dos ativos da concessão.** Para o reconhecimento da receita de remuneração sobre os ativos de contrato, registra-se uma receita de remuneração financeira pelo método linear, sob a rubrica remuneração de ativos de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. Essa atualização mensal deve remunerar a infraestrutura e a indenização que a Companhia espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. **3.2. Ativos de contrato.** O Serviço público de transmissão de energia elétrica é regulado por meio de contrato de concessão firmado entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a Companhia, a qual compete transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. O contrato de concessão determina que a Companhia realize a construção de uma infraestrutura de transmissão ou investimento em sua melhoria. A Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários à medida que as obrigações de desempenho são cumpridas, em contrapartida, recebe a título de contraprestação Receita Anual Permitida (RAP), após o término da fase de construção da infraestrutura, até o final da vigência do contrato. Os investimentos realizados na infraestrutura de transmissão são amortizados à medida que os recebimentos ocorrem. Eventuais investimentos não realizados geram direito de indenização pelo poder Concedente (quando previsto em contrato) que, no final da concessão, receberá toda a infraestrutura de transmissão. A extinção da concessão implicará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço. Duas obrigações de *performance* estão contempladas na relação contratual da Companhia com o Outorgante, a saber: (i) Implementação e melhoria de infraestrutura; e (ii) operação e manutenção (O&M). À medida que as obrigações de *performance* são cumpridas, a receita é reconhecida contra um ativo de contrato, até a devida homologação pela ANEEL, e início da

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)							
	Notas	31/12/2023	31/12/2022		Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita de implementação de infraestrutura, operação, manutenção e outras, líquidas	16	14.198	8.296	Receita de remuneração de ativo de contrato, líquida de PIS e COFINS	16	97.985	79.618
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>112.185</b>	<b>87.914</b>	<b>Custos dos serviços prestados</b>	17	<b>(8.105)</b>	<b>20.832</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>104.078</b>	<b>108.746</b>	<b>Despesas gerais e administrativas</b>	17	<b>(1.474)</b>	<b>(996)</b>
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas		847	(60)	<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(627)</b>	<b>(1.056)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro</b>		<b>103.451</b>	<b>107.690</b>	<b>Receitas financeiras</b>	18	<b>7.503</b>	<b>2.925</b>
Despesas financeiras	18	(34.910)	(39.350)	<b>Resultado financeiro</b>	18	<b>(27.407)</b>	<b>(36.425)</b>
<b>Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>76.044</b>	<b>71.265</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	11	<b>(4.533)</b>	<b>(2.631)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(8.268)	(13.307)	<b>Impostos sobre o lucro</b>		<b>(12.801)</b>	<b>(15.938)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>63.243</b>	<b>55.327</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)</b>			
					31/12/2023	31/12/2022	
Lucro líquido do exercício		63.243	55.327				
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>		<b>63.243</b>	<b>55.327</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)</b>			
					31/12/2023	31/12/2022	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>63.243</b>	<b>55.327</b>	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>63.243</b>	<b>55.327</b>	<b>Ajuste para:</b>			
Amortização do intangível		–	12	Amortização do intangível	14	–	12
Margem da receita de construção		–	(32.539)	Remuneração dos ativos de contrato	(112.615)	–	(92.991)
Remuneração dos ativos de contrato		(112.615)	(92.991)	Receita de operação e manutenção	(16.694)	–	(7.642)
Receita de operação e manutenção		(16.694)	(7.642)	Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	28.935	–	35.711
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas		28.935	35.711	Recebimentos de aplicações financeiras	(7.867)	–	(3.060)
PIS e COFINS diferidos		6.641	8.300	PIS e COFINS diferidos	6.641	–	8.300
Imposto de renda e contribuição social (correntes)		4.533	2.631	Imposto de renda e contribuição social (diferidos)	8.268	–	13.307
Imposto de renda e contribuição social (diferidos)		8.268	13.307		(25.542)	–	(20.944)
<b>Variações em:</b>				<b>Contas a receber</b>	104.708	–	98.254
Contas a receber		104.708	98.254	Impostos e contribuições a recuperar	8	–	(36)
Impostos e contribuições a recuperar		8	(36)	Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(1.303)	–	(3.045)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		(1.303)	(3.045)	Ativos de contrato	–	–	(92)
Ativos de contrato		–	(92)	Adiantamento a fornecedores	47	–	(57)
Adiantamento a fornecedores		47	(57)	Outros ativos circulantes	558	–	(772)
Outros ativos circulantes		558	(772)	Fornecedores	(862)	–	910
Fornecedores		(862)	910	Impostos e contribuições a recolher	67	–	68
Impostos e contribuições a recolher		67	68	Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	(13)	–	2.239
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		(13)	2.239	Encargos setoriais	445	–	







continuação

# EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

## 9. Empréstimos e financiamentos: 9.1. Composição dos saldos.

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2023		
			Principal e encargos		Total
			Circulante	Não circulante	
		Aval/Fiança + Fiança Bancária			
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	+ Conta Reserva	16.802	322.854	339.656
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.733)	(1.861)
Total empréstimos e financiamentos	-	-	16.674	321.121	337.795

Moeda nacional (R\$)	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	2022		
			Circulante	Não circulante	Total
		Aval/Fiança + Fiança Bancária			
Banco do Nordeste (BNB)	IPCA + 2,08%	+ Conta Reserva	16.496	338.879	355.375
(-) Custo de captação	-	-	(128)	(1.861)	(1.989)
Total empréstimos e financiamentos	-	-	16.368	337.018	353.386

## 9.2. Movimentação dos empréstimos

Moeda Nacional			
Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386
Encargos	23.257	-	23.257
Transferências	15.897	(15.897)	-
Amortização de Principal	(14.909)	-	(14.909)
Pagamentos de juros	(24.067)	-	(24.067)
Custo de captação (a)	128	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16.674	321.121	337.795

Moeda Nacional			
Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.589	351.644	373.233
Ingressos	-	4.017	4.017
Encargos	33.862	(4.185)	29.677
Transferências	14.458	(14.458)	-
Amortização de Principal	(9.720)	-	(9.720)
Pagamentos de juros	(43.949)	-	(43.949)
Custo de captação (a)	128	-	128
Saldos em 31 de dezembro de 2022	16.368	337.018	353.386

(a) Refere-se à movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, significa adição. 9.3. Cronograma de amortização da dívida. Os saldos por vencimento dos empréstimos e financiamentos estão apresentados abaixo:

	2023	
	Valor	%
Vencimento Circulante	16.674	5%
2025	16.849	5%
2026	17.721	5%
2027	18.645	6%
2028	19.622	6%
Até 2038	250.017	74%
Subtotal	322.854	96%
Custo de captação (Não circulante)	(1.733)	-1%
Não circulante	321.121	95%
Total	337.795	100%

9.4. Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e covenants, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos. 10. Debêntures.

## 10.1. Movimentação das debêntures. A movimentação das debêntures no exercício está a seguir demonstrada:

Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058
Encargos	2.762	-	2.762
Transferência	3.352	(3.352)	-
Amortização do principal	(1.494)	-	(1.494)
Pagamento de juros	(2.759)	-	(2.759)
Variação monetária	1.181	1.416	2.597
Custo de captação (a)	191	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.739	51.616	57.355
Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.005	51.799	52.804
Encargos	2.708	-	2.708
Transferência	955	(955)	-
Pagamento de juros	(2.652)	-	(2.652)
Variação monetária	300	2.708	3.008
Custo de captação (a)	190	-	190
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.506	53.552	56.058

(a) O efeito positivo no custo de captação ocorreu em função da amortização.

## 10.2. Características das Debêntures

Emissão	Característica das debêntures	Garantias	Série	Valor da emissão	Custo Nominal	Data da emissão	2023		
							Passivo emissão	Passivo não emissão	Total
1ª (a)	(1)/(3)/(4)/(5)/(6)	Aval/Fiança	Única	45.000	IPCA + 4,85% a.a.	fev/19	jan/33	5.739	51.616 57.355

(1) Emissão pública de debêntures simples (3) Não conversíveis em ações (4) Espécie quirografária (5) Debêntures incentivadas (6) Garantia adicional fidejussória. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura. 10.3. Cronograma de amortização da dívida. As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	2023	
	Valor	%
Vencimento Circulante	5.739	10%
2025	6.309	11%
2026	5.333	9%
2027	5.630	10%
2028	6.547	11%
Até 2033	29.377	51%
Subtotal	53.196	93%
Custo de captação (Não circulante)	(1.580)	-3%
Não circulante	51.616	90%
Total	57.355	100%

10.4. Covenants. As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme segue: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados entre 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures  
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: <=4,5 3,7  
Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: <=5,0 4,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos. 11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: 11.1. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada conforme a seguir:

2023				2022			
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
76.044	76.044	71.265	71.265	76.044	76.044	71.265	71.265
25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal [A]	19.011	6.844	17.816	6.414			
Adições:							
Custo de construção - CPC 47	-	-	23	8			
Remuneração RAP - Ativo de Contrato (a)	20.364	7.331	18.940	6.819			
Provisão para participação nos lucros, honorários e licença prêmio	50	18	-	-			
Outras provisões permanentes	45	16	-	-			
Total de adições [B]	20.459	7.365	18.963	6.827			
Exclusões:							
Reconhecimento dos ativos de contrato - CPC 47	(26.494)	(9.537)	(28.501)	(10.260)			
Outras provisões permanentes (Exclusões)	(2)	-	-	-			
Outras exclusões permanentes	(408)	(139)	(61)	(14)			
Total de exclusões [C]	(26.904)	(9.676)	(28.562)	(10.274)			
Compensações:							
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - realizados [D]	-	-	-	(336)			
Deduções:							
IRPJ subvenção governamental (E) (b)	(12.566)	-	(8.217)	-			
IRPJ e CSLL correntes no resultado do exercício (A+B+C+D+E)	-	(4.533)	-	(2.631)			
IRPJ e CSLL diferidos no resultado do exercício	(6.080)	(2.188)	(9.538)	(3.769)			
Total de IRPJ e CSLL correntes e diferidos do exercício	(6.080)	(6.721)	(9.538)	(6.400)			
Alíquota efetiva	8%	9%	13%	9%			

(a) Ajuste realizado nos termos dos artigos 168 e 169 da IN 1.700/2017, que trata do diferimento da tributação do lucro de Ativo Financeiro; e (b) Conforme nota explicativa nº 3.4 - Subvenções e assistências governamentais.

## 11.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023			
	Reconhecimento no resultado	Valor líquido em 2023	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
		2022	2023	2022
IRPJ prejuízos fiscais	942	-	942	-
Base negativa de CSLL	(7)	-	(7)	-
Custo/ Receita - CPC 47	(85.325)	(8.336)	(93.661)	-
Provisão para participação nos lucros	-	68	68	-
Total	(84.390)	(8.268)	(92.658)	1.003

## 11.3. Movimentação de impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	4
IRPJ e CSLL correntes do exercício	-	2.631
Tributos retidos/antecipações IR/CS	-	(59)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	2.576
IRPJ e CSLL correntes do exercício	-	4.533
Reclassificação de IRPJ e CSLL	-	(2.569)
Pagamentos/antecipações de IRPJ e CSLL	-	-
Tributos retidos IR/CS	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	4.527

11.4. Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2024, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	
2024	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos a realizar	1.003
12. PIS e COFINS diferidos: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos estão apresentados da seguinte forma:	1.003

2023	2022
Receita de construção e melhoria de infraestrutura	-
Receita de ativo de contrato no exercício	112.615
Ganho na realização do ativo de contrato	-
	29.967
	112.615
	125.622
	10.417
	11.620
	(3.776)
	(3.320)
	85.099
	76.799
	91.740
	85.099

PIS/COFINS sobre a receita de construção/ativo de contrato no exercício (9,25%) (i) / (a) Amortização de PIS/COFINS (ii) Saldo no início do exercício (iii) Saldo no final do exercício (i + ii + iii) (a) A Companhia está amortizando o PIS/COFINS diferido constituído durante a concessão conforme tributação da receita do mês. 13. Provisão para riscos judiciais: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. 13.1. Tributárias: Existem contingências tributárias, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro 2023 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Companhia com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 584 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão. 14. Dividendos a pagar: Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

2023	2022
Lucro líquido do exercício	63.243
(-) Reserva legal	(2.534)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.566)
Lucro líquido ajustado	48.143
Dividendos mínimos:	481
Dividendos mínimos obrigatórios	448
Dividendos adicionais:	1.107
Realização da reserva de lucros a realizar	21.187
Dividendos adicionais propostos	19.828
Dividendos intermediários distribuídos - Lucros acumulados	11.500
Dividendos intermediários distribuídos - Reserva para investimento e expansão	54.103
Total dividendos	6.611
A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.000
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	1.045
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	448
Dividendos da reserva de lucro a realizar	933
Pagamento de dividendos no exercício	(1.045)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.381
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	5.230
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	481
Dividendos intermediários distribuídos de 2023	31.328
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.107
Pagamento de dividendos no exercício	(42.939)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.588

15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito era de R\$ 103.076 e totalmente integralizado era de R\$ 94.888. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital estava representado por 103.075.805 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. 15.2. Reserva de lucros

Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	20.783
Reserva legal	(b)	12.452
Reserva de lucros a realizar	(c)	43.569
Reserva para investimento e expansão	(d)	56.043
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	21.187
Total		154.034

(a) Reserva de incentivos fiscais. A CVM, através da Deliberação nº 555, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07(R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 12.566 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real, resultando em um saldo de R\$ 20.783 (R\$ 8.217 em 31 de dezembro de 2022). (b) Reserva legal. É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal correspondia a R\$ 12.452 (R\$ 9.918 em 31 de dezembro de 2022). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

2023	2022
Lucro líquido do exercício	63.243
(-) Reserva de incentivo fiscal	(12.566)
Lucro ajustado	50.677
(-) Reserva legal (5%)	2.534
(c) Reserva de lucros a realizar. Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude da Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros a realizar era de R\$ 43.569 (R\$ 44.676 em 31 de dezembro de 2022). No exercício de 2023 houve realização da reserva no montante de R\$ 1.107 (R\$ 933 em 31 de dezembro de 2022). A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP. Movimentação da reserva de lucros a realizar	43.569

Saldo inicial em 1º de janeiro Realização Saldo final em 31 de dezembro de 2023 (d) Reserva para investimento e expansão. Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva para investimento e expansão era de R\$ 56.043 (R\$ 60.896 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação refere-se à destinação de R\$ 11.500 para pagamento de dividendos intermediários e à constituição de R\$ 6.647 provenientes do lucro do exercício. (e) Reserva de dividendos adicionais propostos. Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em nota explicativa nº 21 - Eventos subsequentes, foi aprovada a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 21.187 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.230 em 31 de dezembro de 2022).

2023	2022
Receita de implementação de infraestrutura e outras	-
Receita de implementação e melhoria de infraestrutura (a)	16.694
Receita de operação e manutenção (b)	16.694
Deduções da receita	(1.184)
PIS/COFINS corrente	-
PIS/COFINS diferidos	(246)
Encargos do consumidor (c)	(1.312)
	(2.496)
	(2.010)
	14.198
	8.296

Receita de implementação de infraestrutura e outras, líquidas Receita de remuneração de ativos de contrato (d) Remuneração de ativos de contrato PIS/COFINS corrente PIS/COFINS diferidos Receita de remuneração de ativos de contrato, líquidas Receita operacional líquida (a) A redução da receita de construção e melhoria de infraestrutura é reflexo da finalização da obra; (b) O aumento

da receita de operação e manutenção é reflexo dos custos com aquisição e montagem de reator nas subestações Barreiras II e Rio das Equas, conforme nota explicativa 17 - Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas; (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), constituição de Reserva Global de Reversão (RGR) dos serviços públicos. Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica; e (d) Remuneração financeira é proveniente da atualização dos ativos de contrato.

## 16.1. Margens das obrigações de performance

	2023	2022
Implementação e melhoria de infraestrutura	-	2.418
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos	-	-
Ganho/perda de margem pela realização (liquidez PIS e COFINS diferidos)	-	27.195
Custo	-	(92)
Margem (R\$)	-	29.521
Margem percebida (%) (*)	%	99,69%
Margem orçada no início do contrato	18,52%	18,52%

Operação e manutenção Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos (\*\*) Custo Margem (R\$) Margem percebida (%) (\*\*\*) Margem orçada no início do contrato

2023	2022
Receita, líquida de PIS e COFINS diferidos (**) Custo	16.694
Margem (R\$)	(8.105)
Margem percebida (%) (***)	51,45%
Margem orçada no início do contrato	18,52%
17. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas	
Pessoal	6.935
Material	(6.271)
Serviços de terceiros	8.589
Arrendamento e aluguéis	664
Amortização do ativo intangível	(4)
Outros	(63)



continuação

# EQUATORIAL TRANSMISSORA 2 SPE S.A. | CNPJ/MF nº 26.845.497/0001-32

transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios. Essa tarifa é reajustada anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das transmissoras e deve ser paga pelos usuários do sistema, pelas geradoras e importadores (que colocam energia no sistema), pelas distribuidoras, pelos consumidores livres e exportadores (que retiram energia do sistema). Portanto, o poder concedente delegou aos usuários representados por agentes de geração, distribuição, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento pela prestação do serviço público de transmissão. A RAP é faturada e recebida diretamente desses agentes. Na atividade de transmissão, a receita prevista no contrato de concessão RAP é realizada (recebida/afetada) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existe risco de demanda. De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, o arcabouço regulatório de transmissão brasileiro foi planejado para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão. Os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo ONS para evitar risco de inadimplência. **(b) Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e nº 10 – Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. **(l) Exposição ao risco de liquidez.** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	2023						
	Valor contábil*	Fluxo de caixa	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
		contratual					
		total					
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários com garantia	337.795	488.916	5.960	28.876	34.030	101.374	318.676
Títulos de dívida emitidos com garantia	57.355	85.490	3.407	4.074	9.258	26.338	42.413
Fornecedores	4.922	4.922	4.922	-	-	-	-
Total	400.072	579.328	14.289	32.950	43.288	127.712	361.089

(\*) os valores apresentados nesta coluna estão líquidos dos custos de captação. Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa nº 10.4 - *Covenants*, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela Diretoria Financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **(c) Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros foi demonstrada em cinco cenários. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2022. A seguir é apresentado um cenário com a taxa projetada para 12 meses

(Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Impacto no resultado				
				Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
<b>Ativos Financeiros</b>								
Aplicações financeiras	CDI	47.048	51.772	52.953	54.133	50.591	49.410	
<b>Impacto no resultado</b>				<b>1.181</b>	<b>2.362</b>	<b>(1.181)</b>	<b>(2.362)</b>	
<b>Passivos financeiros</b>								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	IPCA	(398.785)	(423.988)	(430.289)	(436.590)	(417.687)	(411.387)	
<b>Total de passivos financeiros</b>		<b>(398.785)</b>	<b>(423.988)</b>	<b>(430.289)</b>	<b>(436.590)</b>	<b>(417.687)</b>	<b>(411.387)</b>	
	IPCA			(6.301)	(12.602)	6.301	12.602	
<b>Impacto no resultado</b>				<b>(6.301)</b>	<b>(12.602)</b>	<b>6.301</b>	<b>12.602</b>	
<b>Efeito líquido no resultado</b>				<b>(5.120)</b>	<b>(10.240)</b>	<b>5.120</b>	<b>10.240</b>	

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa projetada 31/12/2023				
		+25%	+50%	-25%	-50%	
CDI (% 12 meses)	10,04%	13,04%	12,55%	15,06%	7,53%	5,02%
IPCA (% 12 meses)	6,32%	4,68%	7,90%	9,48%	4,74%	3,16%

Fonte: B3, (d) **Risco de vencimento antecipado.** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 9 – Empréstimos e financiamentos e 10 – Debêntures. **(e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento.** Os processos de revisão e alteração tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. O valor da RAP será reajustado anualmente, no mês de julho de cada ano, nos termos da regulamentação vigente. A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o exercício da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão, observando-se os parâmetros regulatórios fixados no respectivo contrato e a regulamentação específica. Havendo alteração unilateral das condições ora pactuadas, que afete o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, devidamente comprovado pela Transmissora, a ANEEL adotará as medidas necessárias ao seu restabelecimento, com efeitos a partir da data da alteração. **(f) Riscos regulatórios e operacionais.** Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos. **Risco de interrupção do serviço:** em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 905/2020 que aprovou a redação do Módulo 4 – Prestação dos Serviços das Regras dos Serviços de Transmissão. O tipo de Parcela Variável aplicada depende do tipo de ocorrência de desligamento, do equipamento e duração da indisponibilidade ou atraso na entrada em operação dos serviços de Transmissão; as modalidades são: PVI, PVI ou PVRO, a depender das noções comentadas acima. **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura:** caso a transmissora expanda os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade. **Risco regulatório:** caso as transmissoras não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da Companhia. **(g) Riscos ambientais.** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Poda e Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; • Educação e Conscien-

tização ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normalização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, a Companhia realiza a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere à implantação de Subestações e Linhas de Transmissão. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. No SGA, a Companhia tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/ executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados à implantação das obras. Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia utiliza em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **(h) Gestão do capital.** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo o acompanhamento das diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. A Companhia entende que estruturou as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures. **20. Demonstração dos fluxos de caixa: 20.1. Transações que não afetam caixa.** O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	2023				
	2022	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2023
Empréstimos e financiamentos	353.386	(14.909)	(24.067)	23.385	337.795
Debêntures	56.058	(1.494)	(2.759)	5.550	57.355
Dividendos a pagar	6.381	(42.939)	–	38.146	1.588
<b>Total</b>	<b>415.825</b>	<b>(59.342)</b>	<b>(26.826)</b>	<b>67.081</b>	<b>396.738</b>

(\*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais; e (\*\*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dividendos, juros, variações monetárias e cambiais líquidas. **21. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais.** Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião da Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 21,187, decorrentes do resultado do exercício.

<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>
<b>Joseph Zwecker Junior</b>
Diretor Presidente
<b>Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima</b>
Diretor
<b>Cristiano de Lima Logrado</b>
Diretor
<b>Aliton Costa Ferreira</b>
Diretor
<b>Waldênio Pereira de Oliveira</b>
Diretor
<b>Geovane Ximenes de Lira</b>
Superintendente
<b>Contador - CRC PE 012996-0-3-S-DF</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da **Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.** – Brasília – Distrito Federal. **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Transmissora 2 SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração de ativos contratuais de transmissão.** Conforme divulgado na nota explicativa 3.2, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de ativos contratuais é de R\$ 769.968 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo existentes, consideramos a mensuração de ativos contratuais das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) avaliação das variações entre o orçamento inicial e o orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; (v) caso aplicável, verificação de índices de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas dos empreendimentos; (vi) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vii) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (viii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (ix) análise da eventual existência de contrato oneroso; (x) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xi) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo da concessão da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de determinação da receita de construção e do ativo de contrato adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Controles gerais de tecnologia de informação.** A Companhia, impactada pelos seus elevados números de transações, utiliza-se de uma complexa estrutura de controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. Dessa forma, a eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros significativos. Essa estrutura complexa, que envolve serviço público de distribuição de energia elétrica, encontra-se com diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações incorretas. Inclui-se as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto.** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela Diretoria da Companhia. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Envolvermos nossos profissionais de tecnologia para nos auxiliar na execução desses procedimentos. A combinação das deficiências dos

controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e amplitude a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a realização de testes para controles compensatórios, complementados quando de sua ausência ou ineficácia por avaliação substantiva da integridade dos registros produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado.** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planeamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2024.  
ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC CE-001042/F  
Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC PE020728/O

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: [jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/](http://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/)

